MERCOSUR MERCOSUL

MERCOSUL/RAADH/FCCP/ATA Nº 04/08

XIV REUNIÃO DE ALTAS AUTORIDADES EM DIREITOS HUMANOS E CHANCELARIAS DO MERCOSUL E ESTADOS ASSOCIADOS

Realizou-se na cidade de Brasília, República Federativa do Brasil, nos dias 11 e 12 de novembro de 2008, a XIV Reunião das Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias do MERCOSUL e Estados Associados, com a presença das delegações da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai, da República Oriental do Uruguai como Estados Parte, República da Bolívia, República do Chile, República da Colômbia e República Bolivariana da Venezuela como Estados Associados.

A lista das Delegações participantes figura como Anexo I da presente Ata.

A agenda aprovada da reunião figura como Anexo II da presente Ata.

O Secretário Especial dos Direitos Humanos da República Federativa do Brasil, Paulo de Tarso Vannuchi, inaugurou a Reunião dando as boas-vindas e agradecendo a presença das delegações.

Em continuidade, o Ministro informou sobre a realização da 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos, da qual resultará o III Plano Nacional de Direitos Humanos do Brasil. Fez menção ao sentimento de emoção e de esperança que o mundo sentiu com o resultado das eleições norte-americanas, especialmente a esperança de um mundo em paz, objetivo de mais longo prazo na área dos direitos humanos. É o primeiro presidente afro-descendente, com conhecimento, por sua história pessoal, sobre como é a vida em países da África e da Ásia. Manifestou que a perspectiva anunciada de diálogo de paz precisa ser saudada nesse ano em que se comemoram os 60 anos da Declaração.

No que concerne a passagem para a PPT paraguaia, o Ministro informou que sugestões de introdução de novos temas serão transmitidas pela PPT brasileira à PPT paraguaia, destacando-se 1) o trabalho escravo, 2) a questão das drogas sob o enfoque dos direitos humanos – não sob o enfoque da segurança pública, 3) a educação em direitos humanos. Sobre o último ponto, propôs que o MERCOSUL pensasse em diretrizes, que incluíssem a formação de agentes de segurança pública e de membros das Forças Armadas, e que inserissem o tema no currículo de todos os cursos na área de Humanidades nas Universidades, bem como nas faculdades de Educação Física – as quais devem pensar também nos jogos paraolímpicos – e nas faculdades de Engenharia, para que formem profissionais qualificados para realizar obras com acessibilidade. Sobretudo, ressaltou, deve-se assegurar que a educação em direitos humanos comece na infância, na escola.

O Ministro lembrou que a recomendação de Viena é clara: os países devem construir um Plano Nacional de Direitos Humanos. Sugeriu que os países também considerassem o tratamento dado ao tema dos direitos humanos no plano institucional.

MERCOSUR MERCOSUL

Ponderou, a exemplo da experiência de alguns países da região, entre os quais o Brasil, que a amplitude e transversalidade da pauta dos direitos humanos mereceria tratamento por órgão especializado. Salientou a importância de que os direitos perpassem discussões mantidas no âmbito da UNASUL. Destacou, em particular, a decisão acordada na última reunião de cúpula daquela instância, a qual rejeitou qualquer desdobramento da situação interna na Bolívia que implicasse uma afronta aos direitos humanos e à ordem institucional daquele país. Encerrando a abertura, o representante brasileiro propôs que temas já amadurecidos sejam substituídos por outros nas próximas reuniões da RAADH, para que sua agenda não seja desproporcionalmente expandida.

1. Informe do Grupo de Trabalho Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência.

Participaram do GT as delegações do Brasil, Argentina, Chile, Colômbia e Venezuela. A delegação brasileira ressaltou a importância da definição sobre quem participa do grupo, a fim de que os delegados possam voltar às capitais e incorporar a troca de experiências na formulação de políticas mais adequadas às pessoas com deficiência.

O primeiro item da agenda foram as "boas práticas em campanhas de sensibilização da sociedade no tocante a pessoas com deficiência". O Brasil apresentou os êxitos de sua campanha indicados na forte adesão de clubes esportivos e atletas (tendo participado o Pelé, em solenidade do dia 29/10/08) e de personalidades do mundo artístico. Os demais países expuseram suas ações de sensibilização, tendo Colômbia e Venezuela adotado campanhas sobre atividades que podem causar deficiências e a Argentina campanhas de combate ao preconceito contra deficientes.

O Grupo teve como objeto de discussão as formas de classificação médica internacional de pessoas com deficiência. Nota-se um avanço, saindo de uma classificação que atrela deficiência à doença para uma classificação internacional baseada na limitação funcional. Debateu-se que o entendimento segundo o qual deficiência não é um fenômeno afeto apenas à pessoa, mas relaciona-se também a barreiras que o governo e a sociedade impõem, tais como a falta de acessibilidade e a discriminação. Os países adotam modelos diferentes, o que pode dificultar a efetividade das políticas direcionadas a este público. A Argentina tem uma certificação que permite a qualificação para o acesso aos serviços prestados a essa parcela da população e testará um novo modelo no início de 2009. Brasil e Chile também já estão estudando mudança dessa classificação. Uruguai, Paraguai, Venezuela e Colômbia ainda trarão informações a esse respeito nas próximas reuniões.

Quanto aos estudos censitários, acordou-se que serão convidados especilistas em estatística para explanação adequada do tema na próxima reunião. O GT fez o convite também aos participantes do GT de Indicadores em Direitos Humanos para tratar de indicadores na área do direito ao trabalho e à educação. Os dados referentes ao trabalho serão desagregados para que sejam especificados os dados referentes às pessoas com deficiência. O Ministro da Educação, Fernando Haddad, também já anunciou o desejo de trabalhar com indicadores específicos para deficientes na área de educação.

MERCOSUR MERCOSUL

Em plenária, a delegação brasileira chamou a atenção das delegações presentes para a realização entre os dias de 25 a 28 de novembro da Conferência Internacional das Pessoas com Deficiência e a Educação, em Genebra. Esta tratará do tema da educação inclusiva. Assim, sugeriu que os países informem seus Ministros da Educação sobre a importância da inclusão desse tema. Ainda no que diz respeito aos fóruns multilaterais, solicitou às Altas Autoridades em Direitos Humanos que intercedam pela ratificação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência das Nações Unidas. Entre os países que ratificaram a Convenção, foi eleito Comitê de monitoramento da Convenção e do Protocolo Facultativo, com a participação de membros latino-americanos como Xavier Torres (Equador) e Maria Soledad (Chile).

A delegação da Argentina reiterou a necessidade de que os governos apóiem a questão da educação inclusiva na Conferência Internacional das Pessoas com Deficiência e a Educação.

A delegação do Uruguai informou que o país tem um trabalho amplo em políticas sobre as pessoas com deficiência. Informou, também, que até o final do ano o Uruguai deve ratificar a Convençao. Há a expectativa que isto amplie o debate sobre políticas de inclusão e o combate à discriminação das pessoas com deficiência. A delegação esclareceu que o tema da deficiência, no Uruguai, é tratado pelo Ministério do Desenvolvimento Social. Na área de direitos humanos, o tema está inserido no temário abarcado pela "Comissão Honorária contra o Racismo, a Xenofobia e toda forma de discriminação". Informou ainda que já é aplicado no Uruguai o sistema de cotas para deficientes no setor público.

2. Informe do Grupo de Trabalho Construção de Indicadores de Progresso em matéria de DESC.

A delegação do Brasil informou que o GT deu continuidade à elaboração da tabela de indicadores no tema do direito ao trabalho. Entretanto, houve dificuldades na definição de conceitos, como o de cargos de direção, conceito muito importante para se mensurar a discriminação contra as mulheres.

Foi sugerida a desagregação dos dados para especificar aqueles referentes a pessoas idosas e pessoas com deficiência.

A delegação da Colômbia fez sugestão de inclusão do tema do trabalho infantil, acatada por todos. Acordou-se pela construção de uma proposta de harmonização legislativa da definição de trabalho infantil e pela realização de um seminário que debata esta matéria na segunda reunião da RAADH da PPT paraguaia. O GT adotou a faixa abaixo dos 14 anos como taxa oficial para a discussão dos indicadores. Devido à inclusão de maiores de 10 anos para a mensuração da taxa de ocupação, a queda nesta taxa, verificada nos países, em função da redução do trabalho na faixa 10-14 anos, é considerada um indicador positivo. Por fim, decidiu-se considerar apenas os indivíduos acima da idade legal, abaixo da qual considera-se ilegal o trabalho. O grupo

não teve tempo de analisar dados de trabalho forçado, tema que ficou postergado para a próxima reunião.

Tendo em vista a existência da discussão, no âmbito da reunião do MERCOSUL Educativo, sobre indicadores na área de educação, o GT propôs uma parceria com a reunião dos Ministros de Educação do MERCOSUL, a qual mostrou interesse em incluir a proposta do grupo na vitrine de indicadores adotada pelo MERCOSUL Educativo. Foram elaborados 27 indicadores para o direito à educação que vêm sendo trabalhados há 10 anos, dentre os quais o GT DESC selecionaria os mais relevantes para seu trabalho. Há indicadores de qualidade de educação, tema sobre o qual existe um Laboratório Latino-americano de Qualidade em educação, tema a ser aprofundado nas próximas reuniões.

Informou-se que entre 25 e 27 de novembro ocorrerá em Bogotá, Colômbia, um Encontro das Nações Unidas para criar indicadores em direitos humanos e potencializar os trabalhos que vêm sendo feitos no contexto do MERCOSUL e no contexto sul-americano. A delegação do Paraguai ressaltou a importância deste Encontro para o avanço na discussão sobre indicadores em direitos humanos no âmbito interamericano.

3. Informe do Grupo de Trabalho Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos.

A delegação brasileira informou sobre os avanços sobre o Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do MERCOSUL. A proposta foi levada ao GMC pela PPT brasileira em reunião em 16 de setembro, justificando que o Instituto atuaria como um Secretariado da RAADH. Apesar de haver um consenso acerca da importância da criação do instituto, não houve acordo sobre o tema dos recursos humanos, sobretudo sobre as leis trabalhistas. Por isso não foi, no momento, aprovada a criação do instituto. De qualquer forma, o tema permanecerá em pauta e o GT decidiu continuar as discussões para dirimir as dificuldades com relação a aspectos práticos do funcionamento do Instituto.

Em consulta ao FOCEM sobre a possibilidade de utilização de seus recursos para a criação do novo instituto, este indicou a possibilidade de utilização de recursos para projetos sociais no âmbito das articulações realizadas na RAADH, sendo vedados, no entanto gastos relativos a pagamentos de salários e de equipamentos. Sugeriu-se que o GT poderia funcionar como embrião do futuro instituto. Foi sugerida a criação de um foro virtual, a exemplo dos GTs Niñ@sur, Educação em Direitos Humanos e Indicadores em DESC para a continuação da discussão sobre esta questão.

A delegação uruguaia recordou que no final de novembro serão tratadas as questões trabalhistas e orçamentárias do projetado Instituto em reunião do GMC, ocasião na qual poderão ser estudadas outras alternativas.

A delegação argentina frisou os pontos acordados: o desejo manifestado por todas as

delegações presentes no GT de dar continuidade aos trabalhos pela criação do Instituto, o estabelecimento de um foro virtual, no qual trabalhem técnicos de todos os países, estabelecer um Conselho Diretivo para coordenar o trabalho técnico e a busca de alternativas de financiamento para viabilizar a criação do Instituto.

4. Informe do Grupo de Trabalho Iniciativa Nin@Sur.

A delegação brasileira informou a presença de delegados da Argentina das províncias de Salto e Tucumán no debate do GT como ponto positivo.

O primeiro ponto de pauta foi o depósito do relatório do Protocolo Facultativo contra a exploração sexual de crianças. Acordou-se que, na PPT paraguaia será dedicado espaço para que os países apresentem seus relatórios.

Destacou-se a necessidade de se ter maior interlocução com o MERCOSUL Social e o MERCOSUL Justiça, motivo pelo qual o GT sugeriu às Altas Autoridades que esse diálogo possa ocorrer em reunião preparatória à RAADH.

O GT discutiu a realização de publicação bilíngüe sobre o texto da Convenção dos Direitos da Criança, do seu Protocolo Facultativo e suas Recomendações para o III Congresso Mundial.

Iniciaram-se as conversaçõe com os escritórios da UNICEF de cada um dos países, com colaboração da UNICEF regional para cooperar com as publicações de iniciativa do Nin@. O Uruguai trouxe proposta de identidade visual. Pretende-se publicar um número com o registro da produção de conhecimento gerado no GT, em simpósios e com entrevistas.

Informou-se sobre o observatório ANNA, Atlas de Niños e Niñas Adolescentes, que está sendo desenvolvido pelo Instituto Interamericano.

A delegação brasileira relatou sobre a organização do III Congresso Mundial, o qual conta com 120 países inscritos com suas delegações, com a presença de primeiras damas e a confirmação de 30 ministros, o que indica a criação de programações específicas para esses grupos. O Brasil solicitou sugestões de moderadores para as mesas de trabalho.

O GT tratou da proposta brasileira de realizar no país Seminário Internacional sobre Revitimização de Crianças e Adolescentes nos procedimentos judiciais de violência sexual, em fevereiro de 2009.

Informou-se sobre a proposta feita pelo GT de Indicadores em DESC ao GT Niñ@sur para a realização de um Seminário comum para debater o tema do Trabalho Infantil. A Argentina fará um contato com o Grupo MERCOSUL Trabalho para organização do seminário, consultando-lhe sobre a existência de algum estudo nesse sentido. Caso não houver, o GT Niñ@sur poderia tratar do tema.

Também foi informada a mudança na Presidência do Instituto Interamericano Del Niño, Niña y Adolescentes, o qual realizará Congresso, no Peru, de 22 a 25 de setembro de 2009, sobre os 20 anos da Convenção sobre os Direitos da Criança, prevendo o intercambio de informações sobre as políticas públicas e a participação de adolescentes.

A delegação do Uruguai chamou a atenção para os seguintes pontos: o interesse de incrementar publicações em conjunto na temática do GT; a proposta de inclusão de Crianças e Adolescentes na próxima reunião do GT. No que tange esta última, informou sobre reunião a ser realizada no Equador no início de 2009 para tratar da questão da participação dos adolescentes.

A delegação da Argentina felicitou a representação brasileira pela realização do III Congresso Mundial e reforçou o compromisso conjunto para implementação de ações no âmbito regional, manifestando o desejo de que em breve a Argentina possa assinar o Protocolo.

5. Assinatura do Convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o "Compromisso conjunto para a implementação da Estratégia Regional de Luta contra o Tráfico de Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual nas zonas de fronteiras comuns" entre Brasil, Paraguai e Uruguai.

Trata-se de importante parceria para **o** combate do flagelo de exploração sexual na região. Mais que uma carta conjunta de intenções, este é o coroamento de ações conjuntas de defesa das Crianças e Adolescentes no Combate ao tráfico e exploração sexual. A FAPEC da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul também faz parte da parceria.

Assinaram o documento o Secretário Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República Federativa do Brasil, Ministro Paulo Vannuchi, a Ministra Liz Cristina Torres Herrera, Secretária Ejecutiva de La Niñez y Adolescencia do Paraguai), o presidente do Instituto da Criança e do Adolescente do Uruguai, Victor Giorgi e o diretor administrativo da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul e diretor do FAPEC, Reinaldo Rodrigues Fagundes. A Argentina manifestou sua vontade de incorporar-se em um futuro próximo.

6. Informe do Sub-Grupo de Trabalho Diversidade Sexual, Identidade e Gênero.

Antes da realização do Informe deste Subgrupo, as Altas Autoridades em Direitos Humanos debateram possíveis mudanças no formato da RAADH. A Delegação da Argentina propôs um debate mais qualificado sobre o novo formato, considerando as diferenças nas propostas das reuniões da RAADH e dos Grupos de Trabalho.

A delegação do Uruguai sugeriu preparar uma proposta para circular por meio eletrônico entre as autoridades da RAADH, antes da reunião do Paraguai, para desta forma, decidir na próxima reunião o formato adequado a ser adotado.

A delegação do Paraguai concorda que há um crescimento no número dos grupos de trabalho e, portanto, da agenda da RAADH, sendo necessário chegar a um consenso sobre o formato dessas reuniões. Deve-se considerar que há uma diferença entre as proposta dos Grupos de Trabalho e as reuniões da RAADH. Uma proposta é considerar se os grupos poderiam reunir-se com menos periodicidade.

A delegação do Chile manifestou entendimento de que há uma crise de identidade e não o crescimento nas reuniões da RAADH. Defendeu que se definam melhor os objetivos dessa reunião, revisando-se a agenda, pois há temas como troca de informes sobre Instrumentos Internacionais, que podem perfeitamente ser apresentados diante da Secretaria do MERCOSUL. No entanto, afirmou, há temas de relevância que devem ser incluídos na agenda, como os temas relativos aos grupos indígenas. A agenda, portanto, deve ser flexível e discutida com anterioridade às reuniões para melhor defini-la. Defendeu, adicionalmente, que se debata a carga de trabalho que fica exclusivamente sobre o país que detém a Presidência Pro-Tempore. Sugeriu o estabelecimento de relatorias e de prazos para a circulação das agendas dos grupos de trabalho. Manifestou concordância com a realização de seminários sobre as distintas matérias de Direitos Humanos, que enriquecem o debate, sendo necessário se pensar na coordenação entre reuniões e seminários temáticos para que sejam ambos proveitosos. Ademais, chamou a atenção para a necessidade de melhorar a articulação com os estados associados para que possam participar das reuniões da RAADH. Manifestou concordância com a idéia de ter apenas uma reunião de altas autoridades por semestre, devendo-se ser debatido o formato dos GT's. Por fim, afirmou que se deve repensar formas de inserir mais ativamente a sociedade civil nas reuniões da RAADH.

A delegação da Venezuela sugeriu utilizar a ferramenta dos Fóruns Virtuais para otimizar os debates. Concordou que é importante reservar mais tempo para os GTs, sugerindo que as delegações tragam os temas para debate.

A delegação da Argentina apoiou a idéia de se constituir uma relatoria para os GTs e sugeriu a criação de GT's permanentes e outros temporários, dependendo da matéria. A delegação da Argentina concordou com a idéia de uma relatoria temática, segundo a proposta do Chile. Solicitou que todos façam consultas a seus países para trazer sugestões já mais estruturadas na PPT do Paraguai.

A delegação do Brasil concluiu que as discussões sobre o formato da RAADH continuarão por meio eletrônico, sendo apresentadas propostas a serem debatidas na próxima reunião. Acordou-se que o processo de reforma da RAADH ocorrerá a partir dos processos de consultas internos realizados nos países e das sugestões deles emanados.

MERCOSUR MERCOSUL

Passou-se ao informe do **Sub-Grupo de Trabalho Diversidade Sexual, Identidade e Gênero.** A delegação do Brasil informou sobre os produtos que têm sido elaborados no âmbito do GT: a elaboração de uma publicação conjunta com a compilação da legislação do MERCOSUL que trata de identidade de gênero e orientação sexual e a campanha de combate ao preconceito decorrente de orientação sexual e identidade de gênero com material impresso (bilíngüe). O SGT ressaltou a importância do intercâmbio com o GT de Educação e Cultura em Direitos Humanos, tendo sido aprovada a inserção da temática do combate a discriminação por orientação sexual e ao racismo na publicação conjunta que conterá um relatório panorâmico das políticas públicas de educação em direitos humanos na região.

7. Informe do Grupo de Trabalho Discriminação, Racismo e Xenofobia.

A reunião do GT foi feita no âmbito do Seminário Afro-descendentes no Mercosul e Países Associados, o qual foi aberto pelo Ministro Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República do Brasil. O primeiro painel teve como objeto o processo de revisão da Conferência de Durban. A delegação brasileira apresentou um breve relato destas negociações, desde a Conferência Regional, que ocorreu em junho e culminando com a reunião preparatória que ocorreu em Genebra, em outubro. Informou-se que o cenário é de muita divergência política. Ressaltou-se a utilização do tema de orientação sexual como um ponto de muito conflito utilizado para obstaculizar o processo de Durban. Concordou-se que os países do MERCOSUL e Associados trabalharão para impedir que o tema seja excluído, mas também para evitar que ele seja manipulado para impedir as discussões.

A delegação do Chile destacou a importância de se ter uma concepção integral dos direitos humanos

A sociedade civil reivindicou presença neste processo.

Foi discutido o tema da educação para o combate à discriminação e ao racismo, com a colaboração da Diretora da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros/ABPN. Esta fez um relato da história do ensino para a educação contra a discriminação, ressaltando a importância da educação no processo de superação das desigualdades. A delegação do Uruguai atuou como moderadora deste debate, por meio de representante do Ministério da Educação do país. Esta destacou que se deve pensar tanto na educação formal quanto na educação em valores, e informou sobre estudo que indica que a educação naquele país afeta de forma mais intensa os jovens negros. Esta realidade também é constatada nos demais países. Trabalhar este tema é uma resposta aos compromissos assumidos em Durban, ressaltou o GT. Nesse sentido, o Grupo pretende consolidar parceria com o GT de Educação e Cultura em Direitos Humanos.

Informou-se sobre a Convenção Interamericana sobre racismo e toda forma de intolerância que será realizada no dia 20 de novembro em uma sessão especial sobre

MERCOSUR MERCOSUL

os temas da convenção. Destacou-se que certas questões técnicas da Convenção ainda estão pendentes de resolução, por isso a fase atual é de dirimir obstáculos técnicos presentes no texto.

Houve um Painel sobre indicadores de igualdade, no qual construiu-se o entendimento sobre a importância de se conhecer a realidade da desigualdade nos países. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) do Brasil fez exposição sobre dados coletados no país. Discutiu-se sobre a necessidade de incorporar indicadores de gênero e de acesso à justiça.

A delegação brasileira contou com a participação do Subsecretário de Ações Afirmativas da SEPPIR, o qual apresentou o plano plurianual de trabalho e o plano nacional.

A delegação da Argentina recordou que o GT tem que avançar com a inclusão dos imigrantes e dos povos indígenas, além de outros grupos também vítimas de discriminação. Propôs que, na próxima reunião, sejam trazidos novos indicadores, o que foi apoiado pelos demais países. O Uruguai sugeriu utilizar dados do formulário. Por sua vez, a Venezuela ressaltou importância da utilização de indicadores.

A delegação do Uruguai destacou que o GT entende a educação como fundamental na luta contra o racismo, daí a proposta de coordenar com o GT Educação e Cultura em Direitos Humanos. Chamou a atenção para o material didático, tal como o realizado no MERCOSUL Educativo, a publicação sobre "Memória e Direitos Humanos no MERCOSUL". No que tange à Convenção Interamericana, afirmou que o consenso que se pode lograr é de suma importância. Ressaltou, por fim, que os avanços logrados nesses grupos de trabalho d RAADH, como por exemplo os debates sobre a Conferência de Durban, deverão refletir em consensos em instâncias superiores.

A delegação argentina agradeceu a PPT brasileira pela realização do seminário. Agradeceu também o apoio da UNAIDS, do Fundo das Nações Unidas para Populações, e das organizações da sociedade civil que fizeram a primeira compilação da legislação relativa ao tema.

Finalizou-se o primeiro dia de plenária.

A delegação brasileira fez o convite para coquetel oferecido pelo Ministério de Relações Exteriores no Palácio do Itamaraty.

8. Informe do Grupo de Trabalho Educação e Cultura em Direitos Humanos.

Dando abertura ao segundo dia de plenária, a delegação do Brasil fez o informe do Grupo de Trabalho Educação e Cultura em Direitos Humanos. Primeiramente, esclareceu que o Seminário programado para esta reunião foi cancelado em virtude da realização do Seminário sobre Afro-descendentes, a fim de possibilitar o intercâmbio entre os dois grupos. Nesta reunião, os países explanaram sobre o panorama da

MERCOSUR MERCOSUL

Educação em Direitos Humanos neste ano de comemoração dos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A delegação da Argentina informou sobre o evento central a ser realizado em dezembro, quando a Plaza de Armas da Escola de Mecânica da Armada (ESMA), que durante a ditadura serviu como centro de detenção e tortura será rebatizada como Plaza de los Derechos Humanos.

A delegação da Bolívia informou sobre o Plano Nacional de Ação em Direitos Humanos formulado em conjunto com a sociedade civil, diversas instituições e com os movimentos indígenas, e que será lançado, oficialmente, no dia 10 de dezembro em cerimônia comemorativa. O Plano contempla como prioridade a questão dos Direitos dos Povos Indígenas e prevê ações a serem realizadas num período de 5 anos.

A delegação da Colômbia informou sobre o lançamento, no final do ano passado, do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, o qual contem propostas de ação para as áreas da Educação Básica, Ensino Superior e Educação Não-formal, sendo um importante documento que define estratégias e o direcionamento da política pública de educação em direitos humanos no país.

A delegação do Paraguai informou sobre as ações e eventos comemorativos aos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, tais como: a condecoração de personalidades representativas na luta pelos direitos humanos no país, como Luiz Alfonso Resk e Melanio Medina e seminários realizados pelo Chanceler Nacional e outros. Por outro lado, a incorporação da temática dos direitos humanos no currículo escolar; Relatório da Comissão de Verdade y Justiça do Paraguai, que ademais, apresentou proposta de elaboração de um Plano Nacional de Direitos Humanos; publicação do Relatório da Comissão de Verdade e Justiça contendo 238 conclusões e 178 recomendações.

A delegação do Uruguai informou sobre o Projeto de Lei Nacional de Educação que está embasado nos princípios dos direitos humanos, que se encontra no momento em discussão no Parlamento; Curso "1000 Promotores en Derechos Humanos", que está sendo realizado, tanto em Montevidéu, como também, no interior do país; e uma mostra sobre os Sucessos do Ano 1983.

A delegação da Venezuela informou sobre programas e seminários de formação, ações e eventos sobre a temática dos direitos humanos, como: o Programa de Formação de funcionários da Polícia Nacional; Programa de Formação de Defensores Escolares; formação de Conselhos nas comunidades pobres; proposta de lei, por parte da Defensoria del Pueblo, que puna crimes de tortura; criação de um Instituto de Direitos Humanos para funcionários públicos; a realização de um seminário sobre a Declaração Universal dos Direitos humanos e outro sobre a valorização dos direitos humanos sob a perspectiva do Direitos dos Povos Indígenas.

Por fim, a delegação do Brasil apresentou o material elaborado para a divulgação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e informou sobre o andamento de

MERCOSUR MERCOSUL

várias ações de educação em direitos humanos, como: Prêmio de Educação em Direitos Humanos entrega do Prêmio Direitos Humanos, durante a XI Conferência de Direitos Humanos; articulação e participação da Secretaria nos fóruns de debate sobre programas de Pós-Graduação e Pesquisa das universidades; continuidade das ações de constituição e fortalecimento de Comitês Estaduais de Educação em Direitos Humanos e a realização do evento Teia, promovido pelo Ministério da Cultura, com a parceria da Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

As delegações concordaram sobre a elaboração de um relatório simplificado que se constituirá em um panorama sobre o desenvolvimento de políticas públicas em educação em direitos humanos nos paises membros e associados do MERCOSUL. Informou-se que o intercâmbio entre o GT de Educação e Cultura em Direitos Humanos e o GT Discriminação, Racismo e Xenofobia teve como resultado a inclusão nesse relatório das experiências e boas práticas no combate à discriminação, ao racismo e à xenofobia.

A delegação brasileira apresentou proposta de ferramenta para a constituição de um Fórum Virtual o qual se propõe a facilitar a comunicação entre os participantes da RAADH e estimular o diálogo no período entre as reuniões. O Fórum será hospedado no site da Universidade de Brasília (UnB) e desenvolvido em uma plataforma Moodle cujo software é livre. A delegação da argentina solicitou que seja averiguado a existência de uma ação semelhante sendo desenvolvida no âmbito da RAADH, a fim de que não ajam ações duplicadas na iniciativa de estabelecimento de um Fórum.

As delegações apresentaram informes atualizados sobre publicações e materiais audiovisuais de Educação e Cultura em Direitos Humanos no âmbito do MERCOSUL.

A delegação da Argentina informou que o II Congresso Interamericano de Educação em Direitos Humanos tem sua realização com data prevista entre junho e agosto de 2009. Informou, também, que há um debate e articulação com os Conselhos Federais de Educação e de Direitos Humanos para que a Argentina assuma como documento base, para o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos da Argentina, o Plano elaborado no Brasil, com algumas poucas adaptações. A proposta é que o II Congresso Interamericano de Educação em Direitos Humanos tenha como núcleo central de suas discussões tanto os eixos temáticos estipulados no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos do Brasil, como também sua adoção conjunta. A delegação sugeriu, também, que o debate seja estendido aos demais países averiguando a possibilidade, interesse e conveniência da adoção de um documento comum, em matéria da política de educação em direitos humanos, por todos os países da região, tendo como base o documento elaborado pelo Brasil. Ressaltou que isso se constituiria num sinal positivo e fortalecedor das políticas de direitos humanos na região. Enfatizou que a adoção de um Plano comum constituir-se-ia num importante incremento rumo as ações de integração para a região. Sugeriu que os países tomem ações conjuntas para fortalecer o processo de integração, com a criação de uma Comissão de Direitos Humanos no âmbito da UNASUR. Isso sinalizaria uma mensagem importante de que a região dialoga sobre seus conflitos e os resolve tendo como base a pauta de direitos humanos.

A delegação brasileira concluiu o informe registrando a participação da sociedade civil com as presenças de duas representantes, sendo uma da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos e do Ponto Focal Brasileiro da Campanha pela Convenção Interamericana dos Direitos Sexuais e dos Direitos Reprodutivos e outra da Comunidade Baha'i do Brasil e do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa.

A delegação do Uruguai ressaltou que concorda sobre a importância de adoção de um Plano de Educação em Direitos Humanos comum para a região. Afirmou que esse é um trabalho que pode ser conjunto, pois as linhas gerais podem ser acordadas entre os países.

A delegação do Paraguai reiterou que a temática de educação em direitos humanos é fundamental para o avanço das políticas de direitos humanos.

Por fim, a delegação brasileira informou sobre a Mostra de Cinema em Direitos Humanos, a exposição de cartazes sobre os Direitos Humanos em parques e lugares públicos como eventos educativos e comemorativos dos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

9. Informe do Grupo de Trabalho Memória, Verdade e Justiça.

A delegação brasileira informou que foi exposta uma proposta de Fórum Virtual com o objetivo de manter o diálogo entre as reuniões e criar uma memória institucional do MERCOSUL. Optou-se por um fórum virtual situado em uma plataforma pública, a *Moodle*, da Universidade de Brasília. Concordou-se que o endereço do *site* seja divulgado para os membros do GT, a fim de que possam familiarizar-se com a plataforma e sugerir modificações até a próxima reunião.

Em seguida, a delegação brasileira informou sobre a elaboração do material didático "Memória e Direitos Humanos no MERCOSUL", proposto pelo MERCOSUL Educativo. No Brasil, o desenvolvimento do material ficou a cargo da Secretaria Especial de Direitos Humanos, em outros países isto foi feito pelo Ministério de Educação. Participam do projeto Paraguai, Bolívia, Uruguai, Argentina e Brasil. Cada país escolheu uma fotografia, uma narrativa, um filme e uma canção que considerasse simbólicos para o período da ditadura militar. Esclareceu, ainda, que a seleção do material, no Brasil, foi feita no âmbito da Coordenação Geral de Educação em Direitos Humanos, órgão da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. A delegação argentina louvou a iniciativa, e informou que a produção em seu país está sendo conduzida pelo órgão de educação. A delegação uruguaia informou que o processo de seleção, no Uruguai, está se dando no âmbito da autoridade nacional em Educação.

O terceiro item discutido no GT foi referente à proposta feita pela delegação brasileira as demais delegações de instalar no Fórum Social Mundial de 2009, em Belém, as exposições itinerantes sobre Verdade, Memória e Justiça que os países já possuem. As delegações da Argentina, Uruguai manifestaram satisfação em poder compartilhar

MERCOSUR MERCOSUL

suas exposições com os demais países.

A delegação brasileira informou que o GT está iniciando a elaboração de um quadro comparativo sobre memória democrática, reparação, julgamento, anistia e legislação, produzido a partir do material disponibilizado pelas delegações. As delegações do Brasil, da Colômbia e Paraguai entregaram documentos durante a reunião, no entanto, todos se comprometeram em completar o quadro com mais informações. A delegação venezuelana informou que o país iniciou o processo de consolidação das informações. A delegação argentina levantou a questão sobre o sentido da comparação a ser feita, abrindo a discussão sobre se será uma visão sobre a evolução do tema, incluindo o período presente de avanços em Memória, Verdade e Justiça, ou um quadro mais estático.

A delegação brasileira apresentou brevemente o relato feito pelos Presidentes da Comissão de Anistia e Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos sobre o trabalho dessas Comissões. O material da exposição feita pelo Presidente da Comissão de Anistia encontra-se no Anexo III da Ata do GT Memória, Verdade e Justiça. Em seguida às apresentações dos Presidentes das Comissões, abriu-se o debate.

A delegação do Paraguai apresentou proposta de um grupo sobre a Operação Condor. O grupo, conforme a proposta, será composto por um representante de cada um dos países e terá prazo específico para encerrar as tarefas e conclusões, as quais serão apresentadas as autoridades correspondentes para, em caso de haver responsabilização, passar essa informação para a justiça de cada país para a abertura dos processos competentes. Ficou acertado que até a próxima reunião, a delegação paraguaia fará contato com as outras delegações para que apresentem indicações das pessoas que participarão do grupo e apresentará um cronograma de funcionamento e prazos, para ser avaliado e colocado em prática. A delegação da Argentina ofereceu um lugar para institucionalizar o estudo do Plano Condor.

Após apresentação da discussão do GT pela delegação brasileira, a delegação do Paraguai enfatizou a importância dos Grupos de Trabalho dentro da RAADH, frisando a importante contribuição dos relatos de cada delegação, como: o avanço da Argentina no ajuizamento de casos de violação dos direitos humanos ocorridos no período da ditadura militar; o esforço do Uruguai para avançar em suas ações de ajuizamento e reparações; a feliz inciativa do Brasil em convidar para participação no GT dos presidentes das Comissões de Anistia e Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Quanto ao Paraguai, ressaltou que a cifra da população afetada pelas ditaduras gira em torno de 20000 vítimas nos 35 anos de ditadura, afirmando que os casos de desaparecidos são em número de 500 pessoas. Abordou que a questão da terra no Paraguai constitui-se em um tema de política internacional. Relatou que no período da ditadura a terra foi distribuída de forma ilegal por interesses próprios do governo, o que resultou em uma herança de grave repercussão com vários casos de propriedades ilegais. Afirmou que a questão da terra envolve a relação entre o Brasil e o Paraguai, tendo em vista que várias das terras ilegais são ocupadas por brasileiros, o que se constitui em um conflito potencial e uma questão de direitos humanos. O atual Presidente tem um plano de

governo que visa a atuar para a solução desses problemas, buscando sanar essa ilegalidade.

A delegação do Uruguai relembrou que hoje completam trinta anos do seqüestro de dois uruguaios no Brasil, fruto da ação conjunta entre os governos no âmbito da Operação Condor. Informou que na época, a detenção, no Uruguai, foi realizada pelo Coronel Ferro, que no momento apresenta-se como candidato às eleições por um partido de direita. Frisou que esse fato indica o quanto falta para avançar em questão de reparações, tendo em vista que alguns dos violadores não foram submetidos a julgamento e por demais mantém atuação na vida pública.

A delegação da Argentina frisou que entregou uma documentação importante sobre a detenção e processamento do Sr. Julio Cirino, que consta na pasta de trabalho distribuída aos presentes. Informou que essa detenção é muito significativa, pois se trata de um homem que foi responsável por várias ações estratégicas de inteligência, prisões e violações dos direitos humanos no período da ditadura. A investigação que possibilitou essa detenção tornou-se possível com base em análise de arquivos secretos. Ressaltou, por fim, que a justiça é a única forma para garantir um futuro democrático e pacífico.

A delegação brasileira ressaltou que a Secretaria Especial dos Direitos Humanos trabalha com o tema das violações e reparações relativas ao período da ditadura com o mesmo afinco que trata de outros temas. Ressaltou que, no momento, a imprensa brasileira tem dado ênfase ao tema, o que tem resultado na exposição de feridas ainda não cicatrizadas. O Secretário Especial dos Direitos Humanos informou que não sabe no momento qual será o resultado desse debate, no entanto tem consciência de seu papel na luta pelo Direito à Memória e a Verdade. Destacou que no Brasil há uma lamentável tradição anterior de se esconder os fatos de violação dos direitos humanos ocorridos no país, o que resulta na continuidade e ampliação da violência na sociedade brasileira. Ressaltou que isto mostra a necessidade de persistir e aumentar as ações de educação em direitos humanos. Apesar de o atual governo mostrar-se disposto a debater os fatos, muitos preferem um caminho de não-confrontação das situações de violações cometidas, argumentando que este não é o momento de abordar essas questões devido à crise econômica, entre outros fatores. No entanto, há atitudes que mostram que há um novo Brasil, como no caso da prisão do uruguaio Manoel Cordeiro Piacentini que aguarda decisão sobre sua extradição, o que reforçou o debate sobre as reparações e a lei da anistia. Ressaltou que a articulação no âmbito da RAADH é importante para qualificar o debate, subsidiando-o com argumentos significativos para a tomada de decisão nesse caso de extradição.

10. Informe sobre as tratativas para a elaboração de Convenção Internacional para a proteção de pessoa idosa.

O Ministro Vannuchi informou sobre convite recentemente recebido pela Secretaria Especial de Direitos Humanos para participar de Seminário realizado pela ONU em outubro passado, no qual seriam discutidas formas de abordar-se a proteção dos

MERCOSUR MERCOSUL

direitos humanos de idosos no âmbito das Nações Unidas - as quais poderiam incluir a criação de uma relatoria no Conselho de Direitos Humanos, a negociação de uma declaração ou até mesmo de convenção internacional sobre o tema. O Ministro Vannuchi disse ter apresentado na oportunidade discurso moderado, em que pese a clara disposição do Brasil em contribuir ativamente para fazer avançar o tratamento do tema nas Nações Unidas. Aduziu que a Missão do Brasil junto à ONU em Nova York fez consulta a cerca de 40 delegações sobre o tema, das quais colheu reações em maioria negativas, destacando-se a resistência de europeus. Como grande aliada, no entanto, destacou a Argentina.

A delegação argentina informou o acordo sobre a necessidade de incentivar a elaboração de dito documento. A resistência de alguns países utiliza o argumento de que os Direitos Humanos são indivisíveis e não se deveria separar o grupo de idosos, o que a Argentina considera um sofisma, já que a afirmação dos direitos humanos passa por definições de grupos específicos devido a suas vulnerabilidades. Assim, frente a este argumento, a Argentina continua decidida a discutir e a aprofundar o tema. Trata-se de um tema que vai além da discriminação, devido à concepção de Estado de Bem Estar Social, segundo a qual se deve assegurar a vida das pessoas contra os riscos sociais, sobretudo no ápice da pirâmide demográfica. Na Argentina debate-se, no momento, o sistema previdenciário, o qual está sofrendo aumento em sua carga devido ao envelhecimento da população. Talvez por isso, em sua opinião, a Europa não queira discutir o tema, tendo em vista a grande parcela de população idosa da região. Assim sendo, em vez de encarar o problema, os europeus o estariam apenas postergando. A Argentina manifestou que considera este tema profundamente substantivo, do qual depende a estabilidade e a democracia dos países, por isso defendeu que seja mantido na pauta da RAADH. Sugeriu formas de trabalho como a apresentação de relatórios, a realização de seminários, a exposição sobre as políticas públicas dos países.

A delegação do Paraguai agradeceu a exposição da Argentina, concordando com a importância do tema e ressaltou o apoio para que se continue analisando a melhor forma de abordagem da temática.

A delegação do Chile ressaltou a importância do tema e a grande contribuição da Argentina em sua exposição. Apoiou a iniciativa de estudar melhor o tema, e sugeriu que na próxima reunião da RAADH esteja na agenda um debate sobre as políticas destinadas às pessoas idosas, de modo que cada país traga um relato do que tem desenvolvido nesta área. Sugeriu, também, colocar o tema no debate que será feito com a OEA, de forma que este seja estendido e articulado em toda a região, o que poderia resultar num futuro tratado interamericano. Sugeriu que temas como as formas de tortura das quais pessoas idosas são vítimas e a questão da previdência sejam mais detidamente contemplados no conteúdo dessa Convenção.

A delegação do Uruguai sugeriu que esse tema é ideal para a constituição de um GT que possa dedicar-se a estudar as questões aqui abordadas, sobretudo a qualidade de vida e as possibilidades de realização relativas a esse grupo. Pautou que se devem discutir ações que podem contribuir para a qualidade de vida das pessoas idosas.

11. Informe sobre o cumprimento de sentenças de organismos multilaterais e sobre tramitação de propostas legislativas internas a cada país. Estado do trâmite de aprovação dos instrumentos: Protocolo de Ushuaia, Protocolo de Assunção, Convenção Internacional de Proteção às Pessoas com Deficiência, Convenção Internacional para a Proteção dos Direitos Humanos de todos os Trabalhadores Migrantes e Membros de suas Famílias, Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, e Convenção Internacional para Proteção de todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado.

A representante do Itamaraty informou sobre o projeto de Convenção sobre o Combate a Todas as formas de Discriminação, que será objeto de reunião a ser realizada no dia 20 de novembro, debatendo o tema no contexto da OEA. Informou também sobre a participação do Brasil, com a presença do Ministro de Relações Exteriores, nas atividades comemorativas dos 60 Anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a ser realizada em Genebra no dia 12 de dezembro.

Em relação ao andamento dos processos de ratificação aos tratados, protocolos e convenções as delegações apresentaram os seguintes informes:

A delegação brasileira informou que o Protocolo de Assunção aguarda aprovação na Câmara dos Deputados, para depois ir ao Senado Federal. O Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis foi ratificado e no momento encontra-se em debate sobre a implementação do Mecanismo Preventivo Nacional. A Convenção Internacional para Proteção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado foi aprovada pela Câmara dos Deputados e no momento encontra-se no Senado Federal, onde já lhe foi apontado um relator. A Convenção Internacional de Proteção às Pessoas com Deficiência foi ratificada com status de norma constitucional.

A delegação da Argentina informou que foram completados todos os processos de ratificação de tratados relativos aos Direitos Humanos no âmbito das Nações Unidas. Foram ratificados, assim, o Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos sobre a Abolição da Pena de Morte; o Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos referente à Abolição da Pena de Morte; a Convenção Internacional de Proteção às Pessoas com Deficiência; a Convenção Internacional para Proteção de todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado. Informou, também, sobre a realização, na Argentina, nos dias 10 a 12 de dezembro, de um foro sobre a Prevenção de Genocídio. Ressaltou que a Argentina é membro pleno de *International Task Force* voltado ao intercâmbio de experiências na gestão de locais de memória entre a Europa e a Argentina. Apresentou um informe sobre a instituição de um Fórum Virtual do Sistema Interamericano constituindo-se num espaço de intercâmbio de experiências. Frisou ser importante a ampliação e otimização dessa ferramenta pelos órgãos do sistema interamericano. Informou, também, que a Secretaria Executiva do Sistema Interamericana passa por uma reforma na qual se debate a criação de um arquivo que registre as petições feitas ao órgão. As reformas visam a: trazer mais segurança aos peticionários e destravar

alguns temas conflitivos; fixar parâmetros para recepção das petições; produzir relatórios que cheguem às instancias políticas dos países envolvidos a fim de ampliar o debate político e agilizar o andamento dos processos.

A delegação do Uruguai informou que a Convenção Internacional para Proteção de todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado e a Convenção Internacional de Proteção às Pessoas com Deficiência foram aprovadas na Câmara de Senadores e agora estão sendo tratadas pela Câmara dos Deputados. Informou, também, que a proposta da Instituição dos Direitos Humanos e o Arquivo da Memória ingressaram no Parlamento.

A delegação do Paraguai informou que o Protocolo de Assunção foi ratificado; a Convenção Internacional de Proteção às Pessoas com Deficiência foi ratificada e depositada, bem como a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos dos Trabalhadores Migrantes; sobre o Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura, informou que está em andamento a discussão sobre o Mecanismo Internacional de Prevenção; a Convenção Internacional para Proteção de todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado encontra-se pendente de aprovação interna, sendo o único instrumento internacional de direitos humanos ainda não ratificado pelo país. Sugeriu que a informação sobre o andamento dos processos de ratificação dos países seja tema para constituição de relatoria, otimizando o tempo da RAADH. Ressaltou, também, os avanços em matéria de cumprimento das sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos, tal como as indenizações pagas no caso Panchito López e Ricardo Canese e as modificações nas leis de serviço militar obrigatório, estipulando idade mínima de 18 anos, como no caso Vargas Areco.

A delegação do Chile informou que depositou na OIT a Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais. Disse que o Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura foi aprovado pelo Congresso Nacional e encontra-se em trâmite para promulgação. Segue em andamento o debate sobre a implementação do Mecanismo Preventivo Nacional. O Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos Referente à Abolição da Pena de Morte, bem como o Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos sobre a Abolição da Pena de Morte foram ratificados e seus instrumentos depositados na ONU e OEA. Informou que o país é Parte da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos dos Trabalhadores Migrantes e está elaborando o relatório para apresentação ao Comitê que o monitora. Informou que a Convenção de Proteção de todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado encontra-se em debate no Congresso, de forma a tipificar os delitos contemplados nesses instrumentos; a Convenção Internacional de Proteção às Pessoas com Deficiência foi ratificada. Manifestou agradecimento ao apoio da candidatura do Chile para o Comitê desta. Informou sobre a apresentação da candidatura para Corte Interamericana de Direitos Humanos, do jurista Eduardo Vio Grosi. Manifestou acordo em relação a importância das reformas no Sistema Interamericano de Direitos Humanos e a necessidade de que haja um papel mais ativo da Comissão Interamericana de Direitos Humanos especialmente no tocante aos mecanismos de solução de controvérsias, objetivando melhorar o diálogo e seriedade no acatamento e desenvolvimento dos processos relativos às petições. Frisou a necessidade de harmonizarem-se os critérios

utilizados na análise das petições pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Corte Interamericana de Direitos Humanos. Ressaltou que Comissão Interamericana de Direitos Humanos deve ter um papel de promoção mais ativo, melhorando o diálogo político com cada país, reconhecendo as mudanças favoráveis nas legislações internas que se ajustam aos padrões internacionais, especialmente as resoluções do sistema interamericano.

A delegação da Venezuela informou que a Convenção Internacional de Proteção às Pessoas com Deficiência se encontra em discussão na Assembléia Legislativa para harmonizar sua legislação interna à convenção; a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos dos Trabalhadores Migrantes está em consulta jurídica; sobre a Convenção para a Proteção de todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado foi feito o depósito e encontra-se em trâmite para promulgação; o Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas e Degradantes se encontra em estudo na consultoria jurídica do Ministério das Relações Exteriores. Paralelamente, está em discussão um ante-projeto de lei sobre a prevenção e sanção da tortura e outros tratos cruéis, desumanos e degradantes, coordenado pela Defensoria del Pueblo e que conta com a participação de setores acadêmicos e ong's de direitos humanos, que incluem o debate sobre o Mecanismo Nacional de Prevenção. Ressaltou, também, a importância da implementação da lei orgânica que direciona as ações e formação da Policia Nacional com base nos direitos humanos.

A delegação da Colômbia informou que o Protocolo de Ushuaia foi convertido em lei e se encontra em revisão pela Corte Jurídica. A Convenção Internacional de Proteção às Pessoas com Deficiência está na fase de projeto de lei para aprovação. O país é Parte da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos dos Trabalhadores Migrantes.

A delegação da Bolívia informou que a Convenção Internacional de Proteção às Pessoas com Deficiência foi ratificada e espera-se que o depósito seja feito até o final do ano; a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos dos Trabalhadores Migrantes foi ratificada e o país está elaborando o relatório para apresentação; o Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis foi ratificado e encontra-se em debate um projeto de lei sobre o Mecanismo Internacional de Prevenção. A Convenção sobre o Combate a Todas as formas de Discriminação Racial foi ratificada e aguarda um projeto de lei que tipifique as forma de discriminação. Ressaltou a importância da implementação do Plano Nacional de Ação de Direitos Humanos para efetivação dos tratados e convenções assinado pelo país.

A delegação do Paraguai informou que nos dias 20 e 21 de novembro será realizado uma Conferência Regional sobre o tema Justiça, Idade Penal e Direitos Humanos, em parceria entre a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a UNICEF. Sobre esse ponto, apóia a iniciativa e faz votos para que todos os países da região possam participar.

A delegação brasileira ressaltou a importância desses informes que atualizam e intercambiam os avanços e pendências dos processos. Exemplificou que a atualização desses relatos possibilitou a identificação dos entraves para o avanço do diálogo para

ratificação da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos dos Trabalhadores Migrantes. Informou por fim que para a próxima reunião da RAADH o Brasil distribuirá algumas edições alusivas à comemoração dos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a exemplo da revista semestral de estudos sobre Direitos Humanos, a ser lançada no final desse ano.

12. Diálogo com as entidades representativas da sociedade civil em direitos humanos.

A representante da Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente relatou que em outubro houve audiência com a OEA para discussão dos centros de detenção de adolescentes relativa à denúncia de sistemáticas violações de direitos de adolescentes autores de ato infracional, em especial aquelas em regime de violação, em quatro países: Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. A proposta é que se abram investigações nestes países e a OEA faça consultas regionais, elaborando questionários a serem respondidos pelos governos e pela sociedade civil. A representante entregou uma cópia da denúncia à RAADH.

A representante da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Reprodutivos e da Campanha pela Convenção Interamericana dos Direitos Sexuais e dos Direitos Reprodutivos agradeceu a oportunidade de participar dos GTs da RAADH e parabenizou a realização do evento. Destacou a necessidade de se discutir mais o direito das mulheres, pedindo a atenção dos países para esta questão, sobretudo no que tange aos direitos sexuais e reprodutivos, incluindo o direito ao aborto legal e seguro.

A representante da Rede Por Ti America manifestou que lhe chamou a atenção alguns pontos positivos, como avanço argentino na questão do direito à memória, à verdade e à justiça. Informou que os avanços realizados pelo Brasil não são conhecidos pela população brasileira, nem pelos países vizinhos, tendo sido uma surpresa o relato dos Presidentes da Comissão de Anistia do Brasil e da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos. Outro destaque foram os Planos em Educação em Direitos Humanos.

A representante do CEJIL no Brasil informou que a instituição preparou documento sobre o cumprimento das sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos, como último recurso contra as violações de direitos humanos na região. Solicitou aos países que leiam o documento, promovam o diálogo com a sociedade civil e garantam que, na reforma do sistema interamericano, o tornem mais efetivo. Defendeu que as mudanças no regulamento da Corte devem levar este fato em consideração, ou seja, o de que ela é o último recurso efetivo.

A representante da Biblioteca do Fórum Social Mundial manifestou a importância da participação da sociedade civil.

A delegação paraguaia convidou a todas as entidades da sociedade civil a se articularem para participar da próxima reunião da RAADH, a ser realizada no Paraguai.

13. Diálogo com os representantes da Comissão Interamericana de Direitos Humanos

O Secretário Especial dos Direitos Humanos, ministro Paulo Vannuchi, apresentou os representantes da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), convidados para dialogar com as Altas Autoridades do MERCOSUL e Associados. Contextualizou os debates nacionais sobre os direitos humanos, informando sobre o processo de democratização da Universidade de Brasília, com a eleição do novo reitor, atuante na defesa dos direitos humanos e um dos criadores do Movimento Direito Achado na Rua. Ademais, expôs a agenda dos representantes da CIDH em Brasília, em particular o encontro com o Ministério Público Federal (MPF), responsável pela emenda de federalização de crimes de tortura cometidos durante a ditadura. A agenda inclui visita às Comissões de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e ao Supremo Tribunal Federal, AGU e MPF. Relatou que tem sido travado um debate com a Advocacia Geral da União sobre a ação do MPF, notadamente em três pontos: a tortura é crime imprescritível à luz do direito internacional; o cabimento de ação civil pública e a abertura dos arquivos da ditadura.

A delegação brasileira relatou aos representantes da CIDH sobre os temas abordados no âmbito da XIV RAADH. Antes de passar a palavra, agradeceu novamente a presença dos convidados.

O Dr. Felipe Gonzáles agradeceu o convite, em nome da CIDH, e ressaltou que considera que o diálogo entre CIDH e MERCOSUL deve ser permanente. Citou que na Reunião de Tucumán foi abordado o tema dos trabalhadores migrantes e a atual Resolução Européia sobre o assunto. Frisou a importância dos temas da agenda da XIV RAADH, afirmando que são todos temas de grande interesse para a CIDH. Ressaltou que a CIDH não substitui o trabalho que os países desempenham, pois seu papel é avaliar casos específicos, não abarcando o universo dos temas de direitos humanos. Manifestou, por fim, seu interesse em ouvir os países do MERCOSUL e Associados.

A delegação chilena felicitou os convidados. Elogiou, também, a participação do Comissionado Clare Roberts nos preparativos regionais para a Revisão de Durban, no que tange o tema de discriminação. Felicitou a atual Secretaria Executiva, na pessoa do Secretário, Sr Santiago Cantón, com o qual o Chile possui um diálogo muito frutífero, e também congratulou o advogado Sr. Mario Lopes. Após as boas vindas, destacou que o tema do sistema interamericano de promoção e proteção dos direitos humanos estava presente há muito tempo na agenda da RAADH. Constatou que estamos frente um sistema interamericano de prestigio e maturidade e com grande capacidade de auto-crítica para ajustar-se às mudanças, aos Estados usuários e às vítimas, o que tem proporcionado maior visibilidade aos órgãos do sistema, conferindo força às recomendações e sentenças.

Destacou o prestígio que têm os informes da CIDH e as resoluções da Corte Interamericana na Europa e em organismos internacionais. Frisou a relevância dos informes da Comissão para estabelecer os direitos e garantias presentes no Pacto de

São José, os quais têm promovido muitas mudanças legislativas em nossos países em áreas temáticas, como o "desacato" para a liberdade de expressão. Ressaltou que o problema da carência de recursos financeiros torna mais difícil o desempenho de todas as funções do sistema e que é necessário promover outras fontes de informação ademais dos casos, como os relatórios apresentados pelos países. Ressaltou também a necessidade de expandir os temas de DH, no que tange à capacitação dos órgãos internos, a oferta de cursos para pessoas do sistema judicial, ouvidorias (pela CIDH). Destacou a importância de constituírem-se programas de cooperação entre a CIDH com os países da região e a sociedade civil para a prevenção da violência doméstica. Outra área em que se pode pensar em programas de cooperação refere-se à liberdade de expressão, principalmente no tocante ao acesso à informação pública. Propôs também como área possível de trabalho o tema dos sistemas prisionais e a formação de policiais.

Postulou a necessidade de maior rigor na admissibilidade das petições e formação de arquivo e em que pese o respeito à autonomia da CIDH, defende um maior diálogo com os países e o compartilhamento de informações sobre os critérios de seleção das petições. Destacou ainda a necessidade de compreensão por parte da CIDH que as mudanças a serem feitas nos ordenamentos jurídicos nacionais podem demorar muito. Quando se logram adaptações legislativas importantes, sugeriu que a CIDH destaque estes avanços como fruto do compromisso dos países com o sistema interamericano.

A delegação argentina ecoou as felicitações chilenas aos representantes da CIDH, destacando a importância de se poder dialogar com o sistema. A colaboração que poderia receber da CIDH é substantiva. Sobre o funcionamento da Comissão para a proteção dos direitos humanos, informou que os advogados argentinos e as Ongs conhecem bastante o sistema interamericano e o utilizam. Os casos foram de fundamental importância para a Argentina, sobretudo no caso Barrios Altos. A Argentina fará todos os esforços para aperfeiçoar o sistema. Comentou sobre questões pontuais: sobre o maior dinamismo no manejo dos casos, a Secretaria Executiva tem feito muito neste sentido recentemente; o arquivamento dos casos é uma questão delicada, pois quando há uma denúncia de violação de direitos humanos não se pode arquivá-lo sem fundamentação, antes de uma decisão baseada em critérios. Nesse sentido, a Argentina gostaria de ter maior segurança sobre os critérios de andamento e arquivamento dos processos.

Por fim, tratou do tema da busca de soluções amistosas, que têm maiores chances de ocorrer quando há maior diálogo. Em muitos casos elas se frustam devido à discussão de reparação pecuniária, o que dever ser evitado quando a agenda não pecuniária está consensuada.

Outra prática interessante, que já foi boa no passado, são as visitas de campo, para trazer a CIDH mais próxima à realidade de determinados casos. A visita ao país dá a possibilidade de fazer uma agenda de trabalho de altos funcionários políticos, o que facilita e destrava, pois possibilita a articulação com outros poderes de estado. A presença da CIDH é fundamental também para explicar a importância das medidas para o Legislativo, em especial aquelas voltadas à não repetição.

MERCOSUR MERCOSUL

A delegação colombiana manifestou grande honra de ter a presença dos Comissionados neste foro e se soma às palavras de Chile e Argentin a sobre a importância internacional da CIDH. Afirmou que considera a cooperação entre a CIDH e os países particularmente profícua. A Colômbia entende que há certos desafios que envolvem algumas questões legais e orçamentárias que já foram analisadas na CAJP da OEA. Por fim, manifestou o apoio do governo da Colômbia para os trabalhos da CIDH, particularmente no processo de desmilitarização e na aplicação da lei de justiça e paz. Igualmente importante, afirmou, é o trabalho dos relatores sobre diversidade, indígenas, afro-descententes, e minorias.

A delegação do Paraguai se somou às felicitações aos Comissionados expressando satisfação por sua presença, manifestando esperança de que o diálogo seja frutífero. A CIDH foi refúgio para os paraguaios na época da ditadura de Stroessner. Durante a longa transição, foi um espaço de diálogo para a sociedade paraguaia. E agora com as mudanças de governo, recém empossado, pede que a Comissão siga sendo este apoio para a construção de uma nova sociedade paraguaia, diferente da que tem-se até hoje. Atualmente, a ascensão de problemas sociais no país reflete o anterior estado de seu ocultamento. Há agora um presidente que veio da militância nos temas sociais. A delegação pede a cooperação da Comissão, de uma maneira diferente do que fazia antes, restrita a poucos casos. Agora precisam judicializar todos os casos da Comisión de Verdad y Justicia de Paraguai. A corte suprema de justiça do Paraguai não é suficiente. Enquanto o poder executivo e o legislativo se renovam, a área do poder judicial é onde precisam do apoio forte e decidido da CIDH.

A delegação do Brasil agradece, em nome do MRE, a visita dos Comissionados, e reitera as preocupações colocadas pela delegação do Chile. Destacou que a visita da CIDH aqui no Brasil é muito importante porque no país o sistema interamericano é menos conhecido do que nos demais países. Destacou a preocupação com a participação dos peticionários que têm vínculos com o governo brasileiro, como membros de Conselhos Nacionais ou membros do governo. Estes têm informações privilegiadas do Estado. Defendeu que a CIDH tenha um esquema de representação 1:1:1 (Comissão, peticionário e Estado). Ademais, manifestou que os prazos são muito curtos, de dois a três meses, sobretudo para casos que, na ótica brasileira não apresentam gravidade nem urgência, que deveriam ser os dois requisitos para a aplicação de medidas cautelares. E, por último, pediu aos Membros da CIDH que avaliassem como estão sendo feitas as mudanças do estatuto e como são as interações da comissão e da corte interamericana.

A delegação do Uruguai também felicitou a presença dos representantes da CIDH. Afirmou que compartilha com os demais países preocupações como: prazos excessivamente curtos; a complexidade que as gestões entre autoridades internas exigem; as dificuldades de cooperação com o órgão legislativo e com o judiciário. Por isso sugere que a CIDH ajude nesta sensibilização, pois seria mais efetivo do que se partisse do governo. Quando as recomendações são reformas legislativas, o prazo de

dois meses, mesmo com maioria legislativa, não é suficiente para um processo de mudança sério que inclua consulta a sociedade e especialistas. No que tange os informes e audiências temáticas poderiam ter mais equilíbrio, os Estados deveriam ter o direito de réplica. Por fim, afirmou que conhecer o país e o contexto é fundamental para saber se as recomendações são factíveis. Sobre o cumprimento e seus mecanismos de garantia é difícil dizer que há um mecanismo ótimo para isso, porque funcionam caso a caso. Assim, afirmou que gostaria de ouvir da CIDH suas opiniões a respeito.

A CIDH, por meio do Sr. Felipe Gonzalez, fez uma reflexão geral sobre os comentários dos países. Manifestou que parte do conhecimento e da visibilidade do sistema tem a ver com casos paradigmáticos. Entretanto, o sistema não pode transformar-se em um veículo massivo e por isso é importante o diálogo para estabelecer mecanismos preventivos internos. Abordagem temática é uma maneira transversal de tratar um tema e a CIDH tem 7 relatorias temáticas. Não seria realista, todavia, estender indefinidamente estes temas. Com relação ao assunto abordado por vários países, o arquivamento de casos de maneira mais sistemática, manifestou que concorda que afinar critérios é necessário. O momento mais crítico passou que foi de reverter a tendência ao crescimento de casos em trâmite. Por fim, ressaltou sobre o prazo para o cumprimento de resoluções que se pondera com bastante cuidado e que se estáo tomando ações tendentes nesse sentido, ressaltando que a CIDH quase sempre vai conceder a prorrogação do prazo.

Passou-se a palavra ao Secretário Executivo, Sr. Santiago Cantón, que informou que o sistema passou por várias reformas para permitir a tramitação cada vez maior dos casos que entram, são mais de 1000 casos por ano. Este é o primeiro ano, em que mais de 50% dos recursos é de origem externa, majoritariamente europeu. O grande desafio é o financiamento regular do sistema, tratado na reunião do México. É imprescindível conseguir recursos do fundo regular. Muitos dos temas estão vinculados ao orçamento: como a realização de audiências e as visitas de campo nos países. Com essa reforma, crê-se que nenhum Estado receberá denúncias anteriores a 2004, resultado de um grande avanço nos últimos anos da tramitação de processos e, no ano que vem, não receba nenhuma anterior a 2006.

O Comissionado Victor Abramovich agradeceu as saudações e elogios ao trabalho da Comissão. No que tange à evolução e história do sistema, destacou a criação de agencias técnicas especializadas em DH nos Estados, sejam ligadas às Chancelarias, Ministérios da Justiça ou independentes. Foi um grande avanço em termos de solução amistosa e de conscientização e para a CIDH é fundamental fortalecer o trabalho dessas agências, as quais devem sensibilizar as outras áreas do governo não familiarizadas com a temática dos direitos humanos. Relembrou que o tema das medidas cautelares é um tema muito importante na CIDH. Há critérios claros sobre a aplicação de medidas cautelares, explicitados no informe. A CIDH é bastante estrita no outorgamento de medidas cautelares e nos últimos anos baixou de quase 50 a 30 medidas cautelares por ano. Ainda tratou do tema da implementação interna das decisões, que precisa ser trabalhado em conjunto pela CIDH e Estados para que os

MERCOSUR MERCOSUL

padrões internacionais se convertam em alterações da legislação interna dos Estados. Destacou o caso da Colômbia onde há lei específica e jurisprudência da Suprema Corte que permite aplicação de sentenças e decisões do Sistema Interamericano. O processo da Colômbia é interessante e, respeitadas as particularidades dos sistemas jurídicos dos países, poderia ser um modelo para melhorar a implementação interna dos standards internacionais.

Por fim, sobre o tema do diálogo entre a Comissão e a Corte, informou que há um grupo de contato entre os dois órgãos para tratar especificamente da reforma do sistema. A reforma de 2001 foi feita sem diálogo e agora se sabe que é preciso avançar de forma coordenada (CIDH e Corte) para dar mais unidade e evitar duplicação de procedimentos, o que implica demora e custos. A reforma regulamentar de 2001 mudou a lógica de envios de caso à Corte, o que, por um lado, aumentou o número de casos que chegam à corte, mas, por outro lado, deu papel mais importante aos peticionários. Frisou que não se avançará nenhuma reforma que não seja previamente discutida e objeto de consulta com os Estados e com a sociedade civil.

O Comissionado Clare Roberts agradeceu o convite para tão importante diálogo. Destacou um ponto que considera central, a saber, a questão sobre qual seria o melhor mecanismo para que os relatórios nacionais possam atingir a Comissão. Ressaltou que a Comissão tem o papel de aconselhar os países na proteção de direitos humanos, lembrando que todos compartilham o objetivo de criar um ambiente, ou melhor dito, uma cultura no hemisfério de respeito aos direitos humanos, no sentido de prevenir sua violação, e não somente de reparação após sua violação. Finalmente, estimulou aos países presentes que continuem neste importante trabalho no âmbito da RAADH.

O Ministro Vannuchi manifestou que a OEA poderia aproveitar o momento de esperança trazido pela mudança presidencial nos EUA com a posse de Barack Obama, para uma reforma do sistema em direção à universalização do mesmo. Afirmou que tanto o sistema interamericano como os países mudam. Este seria um momento de desencadear reflexões sobre a relação dos EUA com o México e com os países da America Central. Questionou até quando os países e o sistema interamericano de direitos humanos irão se contentar com a ausência constante dos EUA e do Canadá e com sua resistência em reconhecer a legitimação do sistema interamericano.

Ademais, o representante brasileiro manifestou desejo de trazer a Corte para o diálogo com os países da RAADH. A respeito, lamentou o ocorrido em Montevidéu de não poder haver referido o diálogo. Ressaltou que os dois casos brasileiros discutidos na ocasião foram exemplos de empenho absoluto das autoridades brasileiras para sua resolução, ao contrário de casos nos quais as autoridades estaduais não se esforçam para tanto. Embora a posição oficial brasileira tenha sido de pedir o arquivamento dos casos, não há segurança de que a Corte aceitará. Caso não o faça, isto pode levar ao entendimento estadual de que os casos do sistema americano jamais são encerrados. Em uma das causas, os peticionários mantiveram o caso em aberto com argumentos que dizem respeito ao sistema carcerário brasileiro como um todo e não apenas ao

caso específico. Assim, afirmou, é importante o sistema interamericano aprender a ler a disputa de hegemonia interna nos países, sendo que são poucos alinhados na defesa dos Direitos Humanos e a maioria não se interessa ou desconhece o tema, ao passo que uma minoria é adversária. Ressaltou por fim, que trouxe estes exemplos para reflexão, embora digam respeito à Corte, para que a Comissão faça paralelos com sua atuação.

A delegada do Uruguai concordou com a importância da universalização do sistema e salientou o esforço empreendido pelo GRULAC para que todos os Estados-Membro da OEA façam sua adesão à Convenção e ao sistema interamericano de direitos humanos. Ademais, ressaltou a necessidade do desenvolvimento de indicadores para mensurar todos os direitos constantes do Protocolo de San Salvador, os quais devem constar dos informes nacionais sobre a base da proposta da CIDH como a que inclui o estabelecimento de metas nacionais com cronogramas como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

O Comissionado Felipe Gonzalez concordou com a importância da universalização do sistema. Ressaltou que os EUA têm uma política interna diferente dos outros países da região, como o exemplifica a adoção de pena de morte e a existência da prisão de Guantánamo. A CIDH atua no monitoramento de todos os países da região, embora haja um déficit de petições com relação aos países do Caribe. No sentido de reverter essa tendência e dar mais visibilidade à Comissão, informou sobre a realização de uma reunião no Haiti com a presença das missões dos países junto à OEA. No que se refere à America central e México, informou que a CIDH sempre teve um papel muito ativo, especialmente no que tange a edição de muitas medidas cautelares.

O Secretario Executivo da CIDH, Santiago Cantón considerou que há três temas prioritários para o Sistema Interamericano de Direitos Humanos: recursos, universalização e cumprimento. Manifestou que não compete à Comissão impulsionar a ratificação dos tratados pelos EUA e Canadá, isto é uma tarefa política dos Estados, que considera que este é um bom momento para fazê-lo. Sobre o tema, informou sobre uma iniciativa da CIDH, a solicitação de realização de três visitas: aos EUA, ao Caribe e ao Canadá. Com relação ao aumento de casos perante a Corte a idéia é resolver os casos via soluções amistosas, mas não se avançou muito. Esse foi um dos objetivos quando se fez a reforma do sistema em 2001, mas a cifra de resoluções amistosas não é significativa a ponto de se poder dizer que esse objetivo da reforma foi cumprido. Portanto, esse tema mercê ser revisado. Por fim, ressaltou o problema do sistema prisional na região, sugerindo que a realização de informes pode ser um caminho para a solução.

O Comissionado Abramovich ressaltou a importância da construção de políticas de prevenção de violação dos direitos humanos, ademais da ação de reparação quando de sua violação. Afirmou que a CIDH faz um trabalho de supervisão de cada vez mais casos com cada vez menos recursos, o que demanda uma enorme quantidade de trabalho da CIDH com o sistema de casos. Assim, há uma certa judicializacao do

sistema no que tange o trabalho da CIDH, o que deixa pouca margem para outros tipos de trabalho.

Ademais, manifestou a necessidade de um sistema de monitoramento e supervisão com indicadores para os direitos econômicos, sociais e culturais. Primeiramente deve-se chegar a um consenso sobre a metodologia. Em seguida, afirmou que um dos temas centrais de conflito de direitos humanos na região, que é objeto de informes da CIDH, é a segurança cidadã. A questão comum é a violação de direitos humanos por parte de algumas políticas de segurança; entretanto, os dois não são pólos opostos, mas contribuem um com o outro, isto é, quanto mais direitos, mais segurança. Por fim, destacou a importância do trabalho da sociedade civil na distribuição destes informes, bem como a necessidade de que as agências dos Estados se apropriem destes informes para discutir com outras áreas do Estado a formulação de políticas públicas. Aí está uma possibilidade importante de coordenação entre a CIDH e os países.

A delegação argentina destacou a importância de que as audiências e sessões de trabalho não sejam realizadas apenas em Washington, apesar de estar consciente da limitação de recursos da CIDH. A realização dos trabalhos nos países contribuiria para dar visibilidade ao Sistema Interamericano e para facilitar a intermediação com outras autoridades dos Estados. Além disso, representa facilitação do acesso dos peticionários, não apenas pela diminuição dos gastos de deslocamento, como também suprimir a dificuldade de obtenção de vistos colocada pelos EUA e que afeta desigualmente os membros do governo e os peticionários.

Abriu à participação da sociedade civil. A representante da CEJIL informou aos representantes da CIDH que distribuiu a todos os países presentes o documento que a organização preparou para subsidiar o processo de reforma no sistema interamericano, na tentativa de aprofundar o diálogo com os países. Comentou dois pontos: 1) sua experiência com os casos brasileiros indica que, infelizmente, o pacto federativo em países como Brasil, México e Argentina têm colocado dificuldades no tocante à responsabilização do Estado e à implementação das decisões e afirmou que o Poder Judiciário tem sido o mais resistente a incorporar os tratados internacionais de direitos humanos nos países; e 2) a presença de autoridades governamentais em audiências não seria um problema em si, desde que a pessoa deixe clara sua condição de especialista e não de autoridade pública. Por fim, diz que a CEJIL não foi notificada sobre decisão sobre as medidas provisionais no caso da FEBEM. E finaliza dizendo que, para os peticionários, é muito importante que autoridades governamentais de alto escalão estejam presentes nas audiências para que se possa avançar, ressaltando as dificuldades causadas pela presença de autoridades governamentais de entes federados que, muitas vezes, expressam uma posição que não coincide com a posição do governo federal.

MERCOSUR MERCOSUL

Abramovich comenta o pedido de realização de sessões fora de Washington, explicando que o translado de toda a equipe demanda muitos recursos. Diferentemente da Corte, que realiza audiências nos países; a CIDH pode realizar missões, visitas para relatórios, mas não considera adequada a realização de sessões de trabalho em termos gerais, a não ser em situações especiais. Como há limitação de recursos, impõe-se priorizar o que é mais efetivo e, no caso da CIDH, a ida aos países em missões pode ser mais efetiva. Sobre o tema dos estados federados, considera que esse é o grande nó para a implementação das decisões e recomendações em muitos dos estados. Em muitos sentidos, coloca a necessidade de que as altas autoridades em direitos humanos trabalhem o tema da reformulação do federalismo em seus países.

A delegação do Chile sugere que os comissionados avisem com antecedência de suas visitas ao Chile para que possam ser agendadas visitas a centros de direitos humanos e autoridades de governo.

A delegação brasileira agradeceu a presença de todos e a realização do diálogo.

Desta maneira a PPT dá por finalizada a XIV RAADH.

Pela República Federativa do Brasil

Pela República Argentina

Pela República do Paraguai

Pela República Oriental do Uruguai

Pela República Bolivariana da Venezuela

Pela República do Chile

Pela República da Bolívia

Pela República da Colômbia

MERCOSUR MERCOSUL

Anexos

Anexo I	Lista de Participantes
Anexo II	Agenda Aprovada
Anexo III	Declaração da Argentina – "Adultos y Adultas Mayores"
Anexo IV	Ata do Grupo de Trabalho Instituto de Políticas Públicas
Anexo V	Ata do Grupo de Trabalho Educação e Cultura em Direitos Humanos
Anexo VI	Ata do Grupo de Trabalho Iniciativa Nin@sur
Anexo VII	Ata do Grupo de Trabalho Promoção e Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência.
Anexo VIII	Ata do Grupo de Trabalho Discriminação, Racismo e Xenofobia.
Anexo IX	Ata do Subgrupo Diversidade Sexual, Identidade e Gênero.
Anexo X	Ata do Grupo de Trabalho Construção de Indicadores de Progresso em matéria de DESC
Anexo XI	Ata do Grupo de Trabalho Memória, Verdade e Justiça